

“VÊ SE LÊ ESTE ARTIGO”: O SURGIMENTO DE UMA CONSTRUÇÃO IDIOMÁTICA COM VÊ/VEJA SE S NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

“VÊ SE LÊ ESTE ARTIGO”: THE EMERGENCE OF AN IDIOMATIC CONSTRUCTION WITH VÊ/VEJA SE S IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Dennis de Oliveira Alves¹

Diogo Oliveira Ramires Pinheiro²

Diego Leite de Oliveira³

RESUMO

Este artigo busca delinear a trajetória diacrônica de uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S (como em “Vê se me liga” e “Vê se não se atrasa”) no português brasileiro. Tomando como base o arcabouço teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso e o modelo de mudança proposto por Traugott e Trousdale (2013), buscamos fornecer explicações acerca do surgimento dessa construção na língua. Do ponto de vista metodológico, recorreremos a uma análise quantitativa e qualitativo-interpretativa de dados extraídos do *Corpus do Português*. Em síntese, o que os resultados demonstram é que essa construção idiomática, especializada na função de dirigir uma cobrança ao interlocutor, surge no século XIX a partir de um mecanismo de neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com complemento oracional.

PALAVRAS-CHAVE: Construções idiomáticas. Vê/veja se. Neoanálise. Mudança linguística.

ABSTRACT

This paper aims to outline the diachronic trajectory of an idiomatic construction with VÊ/VEJA SE S (as in “Vê se me liga” and “Vê se não se atrasa”) in Brazilian Portuguese. Based on the theoretical framework of the Usage-Based Construction Grammar and on the approach to language change proposed by Traugott and Trousdale (2013), it is aimed to provide explanations about the emergence of this construction in the language. We adopted as methodology the quantitative and qualitative-interpretative analysis of data extracted from the *Corpus do Português*. In summary, what the results demonstrate is that this idiomatic construction, specialized in the function of making a demand to the interlocutor, emerges in the 19th century from a mechanism of neoanalysis of constructs of an imperative construction with orational complement.

KEYWORDS: Idiomatic constructions. Vê/veja se. Neoanalysis. Language change.

Introdução

O português brasileiro (PB) conta com uma construção idiomática que apresenta a sequência superficial VÊ/VEJA SE S, facilmente ilustrada por exemplos como (1) e (2) abaixo:

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dennisalves@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-3529-9623>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diogopinheiro@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diegooliveira@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-0601-4131>.

- (1) Vê/Veja se me liga.
 (2) Vê/Veja se não se atrasa.

Como se observa, não é possível atribuir a essas sentenças uma interpretação composicional. Em outras palavras, não é possível depreender o significado do todo a partir da soma dos significados das partes componentes. As sentenças em (1) e (2), portanto, não se qualificam como pedidos para que se veja (ou se verifique) um estado de coisas, como ocorre em (3) e (4), a seguir:

- (3) Vê/Veja se meus dentes estão sujos.
 (4) Vê/Veja se a roupa no varal já secou.

Não é difícil perceber que as sentenças acima podem ser interpretadas composicionalmente. Isso significa, em termos práticos, que os exemplos em (3) e (4) se caracterizam como pedidos para que alguém veja ou verifique se o estado de coisas expresso pela sentença completiva se sucede (isto é, se é verdadeiro, no momento da enunciação, que “meus dentes estão sujos” e “a roupa no varal já secou”). Em (1) e (2), por outro lado, esse tipo de interpretação não se sustenta. Qualquer que seja o significado associado a esses usos, ele não pode ser obtido por meio da soma do valor semântico de seus elementos (“ver” + “se” + sentença completiva).

Uma sentença como (1) pode ser usada por um falante que, conhecendo os hábitos do seu interlocutor, prevê que este se esqueceria de fazer a ligação – e então recorre a esse enunciado para tentar induzi-lo a lembrar. De modo semelhante, uma sentença como (2) pode ser usada por um falante que antecipa o fato de que seu interlocutor se atrasaria para um compromisso – e, portanto, recorre ao enunciado na tentativa de impedir ou, ao menos, diminuir as chances de que isso aconteça.

Apesar dessa análise preliminar, o exato significado/função associado a esse padrão, bem como o conjunto de propriedades formais que o caracteriza, está longe de ser autoevidente. Talvez ainda mais intrigante seja o problema da origem histórica dessas construções. Afinal, não é óbvio como um verbo que denota uma experiência sensorial (“ver”), ao se combinar com um complementizador dubitativo (“se”) e uma sentença, teria vindo, historicamente, a expressar um significado tão distante daquele que é possível obter pela soma das suas partes componentes, como em (3) e (4). O que teria levado os falantes a atribuir à sequência superficial VÊ/VEJA SE S o significado idiomático que podemos atestar em usos como (1) e (2)? Quando e como isso teria acontecido?

Este artigo se propõe a investigar essas questões. Para isso, pautamo-nos no modelo teórico da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) – a variante funcional-cognitiva da Gramática de Construções (GC) – e adotamos o modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013). À luz desse arcabouço teórico, tomaremos aqui exemplos como (1) e (2) como instâncias de uma *construção gramatical*⁴ à qual iremos nos referir como Construção de

⁴ O conceito de “construção gramatical” será esclarecido na seção 1 (“Pressupostos Teóricos”), quando apresentaremos as premissas básicas da GC e da GCBU.

Cobrança. Especificamente, buscaremos responder à seguinte pergunta de pesquisa: quando e como a Construção de Cobrança teria surgido no português brasileiro?

A fim de responder a essa pergunta, recorreremos, do ponto de vista metodológico, a uma análise de dados reais produzidos entre os séculos XIII e XXI e extraídos do *Corpus* do Português.⁵ Embora os dados tenham sido submetidos a análises quantitativas simples, o estudo se valeu, principalmente, de uma análise qualitativo-interpretativa detalhada de todos os dados obtidos por meio do *corpus*, a fim de que se pudesse chegar a uma compreensão dos processos de mudança envolvidos na trajetória diacrônica da construção em foco.

O presente artigo está organizado como segue. Na seção 1, dedicada aos pressupostos teóricos, apresentamos os princípios básicos da GC e, mais especificamente, da GCBU. Além disso, apresentamos a proposta do modelo construcionista adotado para o tratamento da mudança linguística e alguns conceitos pragmáticos relevantes para a nossa análise. Na seção 2, explicitamos as etapas e opções metodológicas adotadas para a investigação da construção em pauta. Na seção 3, apresentamos a análise dos dados levantados, buscando reconstituir a trajetória diacrônica do VÊ/VEJA SE S idiomático no PB. Finalmente, nas considerações finais, destacamos os principais resultados deste estudo e as contribuições teórico-descritivas que procuramos oferecer.

1. Pressupostos teóricos

Nesta seção, trataremos da Gramática de Construções (GC) e, mais especificamente, da Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU), quadro teórico que norteia esta pesquisa. Serão apresentados aqui tanto os princípios básicos do modelo (seção 1.1) quanto a proposta de Traugott e Trousdale (2013) para a aplicação da abordagem construcionista ao fenômeno da mudança linguística (seção 1.2). Finalmente, na seção 1.3, apresentaremos alguns conceitos pragmáticos que se farão relevantes para a nossa análise.

1.1. Gramática de Construções e Gramática de Construções Baseada no Uso: princípios básicos

Surgida na década de 1980 a partir do trabalho de autores como Charles Fillmore, George Lakoff e Paul Kay (FILLMORE, 1985; LAKOFF, 1987; FILLMORE; KAY; O'CONNOR, 1988), a GC se apresenta como um modelo não-derivacional de representação do conhecimento linguístico. Devido à sua popularização nas décadas seguintes, ela se segmentou em diversas variantes, dentre elas a GCBU, sua vertente funcional-cognitiva.


Não obstante o fato de haver muitos modelos filiados à GC, todos eles compartilham alguns princípios fundamentais. O primeiro deles é o de que as construções gramaticais, definidas como pareamentos convencionais de informações de forma (propriedades fonológicas, morfossintáticas

⁵ O *corpus* pode ser acessado em <https://www.corpusdoportugues.org>. Mais detalhes sobre sua composição podem ser vistos na seção 2 ("Metodologia").

e prosódicas) e de significado (aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e funcionais), podem descrever o conhecimento linguístico do falante em sua totalidade. Desse modo, a gramática do falante passa a ser entendida como um inventário de construções gramaticais, e não mais como um sistema de regras derivacionais, como assume a tradição gerativa.

Dada essa caracterização, fica evidente que as entidades gramaticais que se qualificam como signos saussurianos (SAUSSURE, 1916) – isto é, palavras e morfemas – também se qualificam como construções gramaticais. A título de exemplificação, podemos imaginar que um signo como “sol” é uma construção. Assim, em um de seus polos, encontramos informações formais – neste caso, a sequência fonológica /'sɔL/ – e, no outro, informações semânticas – neste caso, o conceito mental de sol⁶. De igual modo, o signo “des-” – um prefixo verbal – também se caracteriza como uma construção, uma vez que carrega informações que dizem respeito à sua forma (neste caso, a sequência fonológica /deS/ e a informação de que ele deve se anexar a uma base verbal) e a seu significado (como sentido prototípico, o de ação reversa). Estas construções podem ser representadas como na figura 1, a seguir:

Figura 1: Construções “sol” e “des-”

/'sɔL/	/deS/-VERBO
	AÇÃO REVERSA

Fonte: Alves (2021).

Neste ponto, porém, é preciso acrescentar uma diferença importante entre a noção de construção gramatical e o conceito saussuriano de signo: aquela, diferentemente deste, não precisa, necessariamente, corresponder a sequências plenamente especificadas do ponto de vista fonológico. Isso significa que a noção de construção gramatical abarca ainda unidades linguísticas como estruturas sintáticas inteiramente abstratas (por exemplo, SUJ V OD OI, como em *Lavínia deu um presente para a mãe.*), estruturas sintáticas semipreenchidas (por exemplo, QUE MANÉ X, como em *Que mané acordar cedo!*) e contornos prosódicos específicos (por exemplo, a entonação ascendente).

Analisando-se esse conjunto de exemplos, é possível constatar que as construções gramaticais podem se distinguir, no mínimo, quanto ao grau de complexidade estrutural interna e quanto ao grau de preenchimento fonológico. A construção “sol”, por exemplo, é estruturalmente simples e inteiramente preenchida fonologicamente, ao passo que SUJ V OD OI é uma construção, ao mesmo tempo,

⁶ Dada a dificuldade de caracterizar esse conceito com precisão, vamos, para fins desta exposição, assumir que o nosso conceito mental de SOL corresponda à seguinte definição encontrada no dicionário Michaelis (disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sol>): *Estrela de quinta grandeza ao redor da qual gira a Terra e os demais planetas do sistema solar, constituída basicamente de hidrogênio e hélio.* Aqui, esse conceito será representado muito simplesmente pela figura de um sol.

estruturalmente complexa e fonologicamente aberta. Apesar disso, sob uma ótica construcionista, essas diferenças importam pouco; afinal, todas essas unidades são, em última instância, pareamentos de forma e significado. Isso significa dizer que, embora possam diferir em alguns aspectos, palavras, padrões morfológicos, estruturas sintáticas semipreenchidas, estruturas sintáticas inteiramente abstratas e padrões prosódicos são qualitativamente semelhantes.

Nesse sentido, sob a perspectiva da GC, assume-se que o léxico e a sintaxe não devem ser entendidos como módulos rigorosamente separados; em vez disso, devem ser tratados como as extremidades de um *continuum* de construções, que comporta desde elementos inteiramente concretos até padrões com elevado grau de abstração, como ilustra tabela a seguir.

Tabela 1: *Continuum* léxico-sintaxe

Tipo de construção	Exemplos
Palavra	Sol
Padrão morfológico	Des-VERBO (desfazer)
Estrutura sintática semipreenchida	Que mané X (Que mané acordar cedo!)
Estrutura sintática aberta	SUJ V OD OI (João deu flores para Maria)
Contorno prosódico	Entonação ascendente

Fonte: Alves (2021).

Um segundo princípio comum às diferentes vertentes da GC diz respeito à organização dessas construções. Gramáticos construcionistas apontam que o conhecimento linguístico se estrutura como uma grande rede de construções gramaticais interconectadas, correntemente referida como *constructicon* (da soma de *lexicon* com *construction*, ou seja, um léxico de construções). E, mais especificamente, todas as variantes da GC concordam que as construções gramaticais se organizam em termos de relações taxonômicas, o que implica a existência de construções mais gerais/abstratas e de outras mais específicas/concretas.

A título de exemplificação, é possível assumir que um falante do português brasileiro dispõe, em seu inventário construcional, tanto de construções concretas, como *falar bonito*, *sonhar alto* e *andar rápido*, quanto de construções mais abstratas, como VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Podemos afirmar que a relação entre as três primeiras e esta última é de natureza taxonômica, justamente porque as construções mais concretas, específicas, são subtipos da construção mais abstrata, geral. A figura a seguir ilustra tal representação.

Figura 2: Rede de construções de adjetivo adverbial

Fonte: Alves (2021).

Em síntese, a GC concebe a totalidade do conhecimento linguístico do falante como um inventário de construções gramaticais (o *constructicon*), as quais são interconectadas por meio de, pelo menos, relações taxonômicas. É necessário acrescentar, no entanto, que a GCBU, vertente da GC a qual se filia a presente pesquisa, distingue-se das variantes formalistas do modelo por pelo menos dois princípios adicionais. O primeiro deles, legado da tradição funcionalista norte-americana, diz respeito à premissa de que a experiência linguística do falante – ou seja, o uso – afeta o conhecimento linguístico subjacente. Essa ideia fundamental pode ser dividida em duas subpremissas: (i) não existe conhecimento linguístico inato; e (ii) a representação gramatical é constantemente moldada pela experiência.

A primeira subpremissa se opõe à perspectiva inatista da Linguística Gerativa, segundo a qual o indivíduo já nasce com uma capacidade biológica para adquirir e usar uma língua. Sob esta perspectiva, a aquisição de uma língua é resultado direto do amadurecimento deste dispositivo inato para a linguagem. Sob a concepção da GCBU, por outro lado, a totalidade do conhecimento linguístico do falante é construída a partir do input (ainda que com o auxílio de habilidades cognitivas inatas associadas à cognição geral, isto é, à cognição não-linguística).

A segunda subpremissa, segundo a qual a experiência com o input linguístico afeta continuamente o conhecimento internalizado do falante, além de contrariar a ideia, cara à tradição gerativa, de que existiria um “período crítico” para a aquisição de linguagem, implica a possibilidade de representações redundantes na rede construcional, uma proposta que opõe a GCBU às vertentes formalistas da GC. Desse modo, sequências inteiramente previsíveis podem vir a ser representadas como construções independentes na rede construcional do falante, desde que sejam suficientemente frequentes.

Tomando, por exemplo, a figura 2, seria possível supor, de acordo com este princípio, que as sequências “falar bonito”, “sonhar alto” e “andar rápido” fossem representadas de forma independente na rede construcional do falante, embora sejam totalmente previsíveis dada a construção mais abstrata VERBO + ADJETIVO ADVERBIAL. Para que isso ocorresse, bastaria que o falante fosse exposto a essas sequências repetidamente. Em outras palavras, seria necessário que elas tivessem alta

frequência de ocorrência. É por isso que se afirma que a GCBU assume a possibilidade de redundância representacional – porque ela admite a possibilidade de o falante armazenar mais do que é, de fato, necessário. Nesse sentido, o modelo reflete o legado da Linguística Cognitiva, na medida em que se compromete com a realidade psicológica, e não com a parcimônia descritiva.

O segundo princípio específico da GCBU, este fortemente associado à tradição da Linguística Cognitiva, corresponde à ideia de que processos cognitivos gerais – e não especificamente linguísticos – devem ser evocados para explicar fenômenos linguísticos e, inclusive, a estrutura gramatical. Assim, mecanismos psicológicos como a analogia, o *chunking*, a indução e a categorização são fundamentais, sob a ótica da GCBU, para explicar a estrutura da rede construcional armazenada na mente do falante.

Resumidamente, a proposta da GCBU é a de que o conhecimento linguístico pode ser descrito como um inventário de construções interconectadas continuamente afetado pela experiência do falante e construído graças a processos cognitivos gerais. Como consequência, o modelo admite a representação redundante de informações em diferentes níveis.

1.2. Mudança linguística em GCBU

Segundo o modelo de base construcionista desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013), a mudança linguística é um processo que pode atingir a rede construcional de duas formas: alterando componentes de uma construção já existente ou criando novos pareamentos de forma e significado – isto é, novas construções. A esses tipos de mudança, os autores se referem, respectivamente, como *mudança construcional* e *construcionalização*.

Na mudança construcional, apenas uma dimensão interna da construção – ou o polo da forma, ou o polo do significado – é afetada. Nesse caso, não há a criação de uma nova construção. Entretanto, por meio de uma sequência de mudanças graduais, esse tipo de mudança pode conduzir à construcionalização, em que há o surgimento de uma nova construção na rede. Os autores, portanto, ao mesmo tempo em que definem a construcionalização como a criação de um novo pareamento de forma-significado, apontam uma inter-relação entre este processo de mudança e a mudança construcional, de maneira tal que a construcionalização tende a ser tanto precedida quanto sucedida por mudanças construcionais, como a expansão e a semanticização da pragmática, a incompatibilidade entre forma e significado e pequenas mudanças distribucionais, no caso da pré-construcionalização, e a expansão das colocações ou expansão de classe hospedeira (*host-class expansion*, nos termos de Himmelman (2004)) e a redução morfológica ou fonológica, no caso da pós-construcionalização.

Ainda no que diz respeito à mudança linguística, Traugott e Trousdale (2013) apontam que a construcionalização pode ocorrer por meio de dois mecanismos cognitivos: a *neoanálise* e a *analogização*. Fundamentalmente, a neoanálise consiste em uma interpretação de uma forma já existente com uma nova função e/ou, inversamente, de uma função já existente com uma nova forma. Para os autores, essa nova interpretação é frequentemente motivada por um contexto ambíguo, ou “contexto crítico” (DIEWALD, 2006), no qual ambas as interpretações são licenciadas. A

analogização, por sua vez, é um mecanismo cognitivo que produz, por analogia a um padrão já existente, alinhamentos de forma e sentido que não existiam antes. Vale comentar que os padrões recém-surgidos na língua podem, ainda, se tornar mais produtivos e levar a novas construcionalizações por meio da analogização, que, como dissemos, consiste na criação de um novo padrão linguístico (dito de outra forma, um novo pareamento forma-significado) por analogia a um padrão já existente.

O modelo de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013) reserva um espaço importante para a noção de *inferência pragmática*. Nesse sentido, ele incorpora, em uma perspectiva construcionista, elementos de uma teoria que havia sido desenvolvida anteriormente para dar conta, especificamente, da mudança semântica: a Teoria da Inferência Sugerida para a Mudança Semântica (na sigla em inglês, *IITSC*), proposta por Traugott e Dasher (2002). Em poucas palavras, a IITSC consiste na ideia de que significados que emergem originalmente como inferências pragmáticas podem sofrer semanticização, tornando-se, assim, significados convencionais.

Na IITSC, e também em alguns pontos de Traugott e Trousdale (2013), tais inferências pragmáticas são referidas como *inferências sugeridas*. Esse termo remonta a Geis e Zwicky (1971), para quem condicionais do tipo “Se *p*, então *q*” convidam à inferência de que “Se não *p*, então não *q*”. Isto é, uma vez que o falante enuncia algo como “Se você me fizer um favor, eu te dou vinte reais”, ele convida seu interlocutor a inferir que, caso ele não faça o favor, não receberá o dinheiro (muito embora essa informação não esteja explícita). Traugott e Dasher (2002) adotam esse rótulo para sua teoria de mudança semântica a fim de iluminar o fato de que tais inferências estão ligadas às necessidades comunicativas dos interlocutores e se apoiam em uma negociação de significados entre falante e ouvinte, de modo que o primeiro, a partir de seu enunciado, induz ou “convida” o segundo a inferir determinada informação. Na seção 3, veremos que a noção de inferência sugerida parece desempenhar papel fundamental no processo de mudança a ser descrito.

Por fim, vale apontar que, segundo o modelo desenvolvido por Traugott e Trousdale (2013), o processo de construcionalização é tipicamente acompanhado por mudanças nos graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade da construção. Mais especificamente, segundo os autores, a construcionalização tende a envolver aumento nos dois primeiros parâmetros e redução no terceiro.

A esquematicidade é uma medida do grau de especificidade/concretude ou generalidade/abstração de uma construção gramatical. Por exemplo, a construção SUJ V OBJ1 OBJ2 é mais geral/abstrata do que as construções SUJ GIVE OBJ1 OBJ2 e SUJ BAKE OBJ1 OBJ2. Mais precisamente, ela resulta de um processo de generalização (ou esquematização) sobre um amplo conjunto de construções particulares, incluindo essas duas. Segundo a previsão dos autores, padrões recém-construcionalizados tendem a ser mais esquemáticos do que sua construção-fonte.

A produtividade é um parâmetro gradiente que, sob a perspectiva de Traugott e Trousdale (2013), pode ser entendido tanto em termos de frequência de ocorrência (ou frequência *token*) de uma construção – isto é, a quantidade de vezes em que ela ocorre em um dado *corpus* – quanto em termos

de frequência *type* – ou seja, como uma medida da quantidade de itens que a construção comporta. O modelo de mudança proposto pelos autores sugere que há uma tendência de que a construcionalização implique aumento em ambos os tipos de produtividade, o que pode ser explicado pelo tipo de relação que as frequências *token* e *type* estabelecem entre si. Essa relação, embora não articulada explicitamente na obra de Traugott e Trousdale (2013), pode ser capturada da seguinte forma: se uma construção sofre aumento em frequência *type*, isso significa que ela passa a ser instanciada por mais itens; como consequência, tende a haver, naturalmente, um aumento em sua frequência de ocorrência. Como se percebe, o aumento da produtividade é um processo que se dá posteriormente à construcionalização. Assim, a previsão dos autores pode ser formulada nos seguintes termos: após a construcionalização, a construção nova passa por um aumento progressivo da produtividade ao longo do tempo.

Por fim, a composicionalidade está relacionada ao grau de transparência entre a forma de uma construção e seu significado. Ela é uma medida semântica que diz respeito ao grau de previsibilidade do significado do todo a partir do significado de suas partes componentes. Em termos construcionistas, Traugott e Trousdale (2013) sugerem que a perda de composicionalidade deve ser interpretada como perda da possibilidade de associar as partes componentes de um construto ao esquema abstrato ao qual ele era anteriormente vinculado. Especificamente, a previsão dos autores quanto ao parâmetro da composicionalidade pode ser formulada assim: uma construção recém-surgida tende a ter grau de composicionalidade reduzido em relação à sua fonte.

Na próxima seção, apresentaremos mais alguns conceitos relevantes para a análise desenvolvida neste trabalho e, na seção 3, veremos como eles se articulam na explicação da trajetória diacrônica da construção idiomática com *VÊ/VEJA SE S* no PB.

1.3. Face e (im)polidez

A Teoria da Polidez, desenvolvida por Brown e Levinson (1987), parte da ideia de que os princípios gerais de comportamento social polido dentro de uma cultura também se aplicam numa interação linguística. Em geral, os participantes de uma interação são conscientes de certas normas e princípios, dentre os quais podemos mencionar os de ser generoso, modesto e simpático com os outros, que existem e regem a sociedade como um todo. Os autores apontam, no entanto, que, numa interação, está em jogo um tipo mais restrito de polidez, que se relaciona especificamente ao conceito de *face*.

A face diz respeito à autoimagem pública de uma pessoa e se subdivide em dois polos: o negativo e o positivo. Em linhas gerais, a *face negativa* se refere ao desejo de ser independente, de ter liberdade de ação e de não sofrer imposições por parte de outros; a *face positiva*, por outro lado, consiste no desejo de ser aceito, apreciado e aprovado pelos outros. Partindo desses conceitos, Brown e Levinson (1987) apontam que alguns atos existentes nas interações humanas são inerentemente ameaçadores da face de algum dos interactantes. Em outras palavras, alguns atos, por sua natureza, contrariam os desejos do falante e/ou do ouvinte. Esses atos são referidos como *atos ameaçadores de face* (FTAs, na sigla em inglês).

A título de ilustração, podemos citar as *ordens*, os *pedidos* e as *sugestões*. É fácil perceber que esses atos são intrinsecamente ameaçadores da face negativa de quem os recebe, na medida em que, por meio deles, o enunciador, em alguma medida, induz seu interlocutor a fazer algo que não provém da sua própria vontade, e sim da do outro. De modo semelhante, atos como *criticar*, *discordar* e *desaprovar* ameaçam, por si sós, a face positiva do receptor, já que, por meio deles, o falante sinaliza que não está aprovando ou apreciando algum aspecto da imagem do seu interlocutor.

À luz dessas ideias básicas, Brown e Levinson (1987) sugerem que os interactantes procuram evitar esses FTAs, ou, pelo menos, adotam certas estratégias para suavizar a ameaça representada por eles. Essa tentativa de suavização dos FTAs é, precisamente, o que os autores formalizam como *estratégia de polidez*. Uma delas, a título de exemplo, é a realização de atos de fala indiretos, observada por Gordon e Lakoff (1971). Este é o caso de uma frase como “Você pode fechar a porta?” (GORDON; LAKOFF, 1971 apud BROWN; LEVINSON, 1987, p. 132, tradução nossa¹⁶): aqui, temos um ato de fala indireto porque, em vez de instruir diretamente seu interlocutor a realizar uma ação, o que o falante faz (explicitamente, ostensivamente) é perguntar se a realização daquela ação é possível. Como se percebe, a realização de um ato de fala indireto se configura como estratégia de polidez, uma vez que suaviza a ameaça à face negativa do interlocutor. Por oposição, os FTAs caracterizam-se com manifestações de *impolidez* porque eles consistem em atos nos quais não há uma preocupação com a preservação da face do interlocutor.

Como veremos adiante, os conceitos de *face* e (*im*)*polidez* aqui delineados são diretamente relevantes para a análise da Construção de Cobrança. Especificamente, procuraremos mostrar que ela se caracteriza como construção de impolidez, uma vez que, por meio dela, o falante ameaça a face negativa do interlocutor. Vale adiantar que, surpreendentemente, ela se origina a partir de certos usos linguísticos marcados por uma preocupação com a polidez. Os detalhes dessa análise serão descritos na seção 3.

2. Metodologia

Esta seção objetiva detalhar a metodologia adotada para alcançar os objetivos aqui estabelecidos. Como apontado na introdução, propomo-nos a responder quando e como a Construção de Cobrança surgiu no português brasileiro. Para isso, nosso método de investigação consiste em análise de *corpus*.

Na seção 2.1, ofereceremos uma visão geral da composição do *corpus*. Em seguida, na seção 2.2, detalharemos os procedimentos adotados durante a etapa de coleta dos dados. Por fim, na seção 2.3, discorreremos sobre os procedimentos de organização e análise dos dados coletados.

2.1. Composição do *corpus*

Todos os dados usados nesta pesquisa foram extraídos do *Corpus do Português*, criado pelo professor Mark Davies, da Universidade Brigham Young (BYU, na sigla em inglês). O *corpus* faz parte da coleção *Corpora da BYU* e contém uma base de dados de 45 milhões de palavras distribuídas

por quase 57 mil textos em português dos séculos XIII ao XX (*corpus* histórico⁷), à qual recentemente foram feitas, mês a mês, adições que totalizam 1,4 bilhão de palavras de jornais e revistas *on-line* de 2012 até 2019 (*corpus NOW*⁸). A tabela a seguir traz um detalhamento do tamanho do *corpus* por século:

Tabela 2: Número de palavras por século no *Corpus* do Português

Século	Nº de palavras
XIII	550 968
XIV	1 316 268
XV	2 875 653
XVI	4 435 031
XVII	3 407 741
XVIII	2 234 951
XIX	10 008 622
XX	20 777 725
XXI	1 443 054 944

Fonte: *Corpus* do Português.

Como se observa, há uma tendência de aumento no número de palavras ao longo dos séculos, à exceção de um leve declínio entre os séculos XVI e XVIII. Assim, de modo geral, há uma predominância de textos dos séculos mais recentes (em especial, dos três últimos) no *corpus* investigado, provavelmente devido à facilidade de acesso a esse material.

No tocante ao gênero dos textos que constituem o *corpus* histórico, não há uma categorização dos materiais que compõem as amostras dos 7 primeiros séculos (XIII a XIX). Quanto ao século XX, o *corpus* agrupa os textos em 4 categorias: ficção, notícias, acadêmicos e orais. Os quase 21 milhões de palavras desse século estão divididos da seguinte forma: aproximadamente 6 milhões de palavras de textos de ficção, 6 milhões de palavras de jornais e revistas, 6 milhões de palavras de textos acadêmicos e 2 milhões de palavras de textos orais. Já o *corpus NOW* (*News On Web*), que compreende os dados do século XXI, é composto exclusivamente por textos de jornais e revistas *on-line*.

2.2. Coleta de dados

Para a coleta dos dados, foram utilizados os comandos “vê se” e “veja se”, posteriormente acrescidos de asteriscos para contemplar a possibilidade de elementos intervenientes entre o verbo e o item “se” (“vê * se” e “veja * se” para 1 elemento interveniente, “vê * * se” e “veja * * se” para 2 elementos, e assim sucessivamente, até 5 elementos). Considerar essa possibilidade foi relevante para o nosso trabalho para contemplar a possibilidade de os dois primeiros elementos da construção em pauta (“vê/veja” e “se”) não aparecerem obrigatoriamente juntos. Além disso, a teoria adotada prevê que a repetição de sequências gera a formação de *chunks*, o que tende a limitar (embora não

⁷ Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen>.

⁸ Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now>.

necessariamente proibir) a presença de itens de natureza variável entre os elementos gramaticais fixos. Desse modo, pareceu relevante avaliar também se houve diferença ao longo do tempo em relação ao licenciamento de elementos intervenientes. Assim, ao total, foram feitas 12 buscas em cada interface do *corpus* (histórico e *NOW*), sendo 6 para instâncias com “vê” e 6 para instâncias com “veja”.

2.3. Procedimentos de organização e análise dos dados

Nesta etapa, todos os dados não descartados passaram por uma primeira análise qualitativo-interpretativa. Nessa análise, separamos, para cada século, os usos idiomáticos (que são o foco deste estudo) dos não idiomáticos, e verificamos, ainda, a possibilidade de existência de dados em que ambas as interpretações (idiomática e não idiomática) fossem admissíveis. Nesse momento, então, os dados foram agrupados em três categorias: idiomáticos, composicionais ou ambíguos.

Depois disso, procedemos a uma análise apenas dos dados inequivocamente composicionais, o que permitiu a identificação do contexto-fonte a partir do qual se origina a construção idiomática na língua. Como se verá na próxima seção, foram as estruturas de imperativo com complemento oracional, semelhantes àquelas de (3) e (4), reproduzidas abaixo, que levaram ao surgimento do VÊ/VEJA SE S idiomático no PB.

(3) Vê/Veja se meus dentes estão sujos.

(4) Vê/Veja se a roupa no varal já secou.

Em seguida, os dados correspondentes a usos idiomáticos foram classificados em função do parâmetro século. Vale observar que, devido à disparidade do número de palavras por século no *corpus* investigado, foi preciso ajustar o total de ocorrências das construções por milhão de palavras, a fim de possibilitar uma análise mais precisa⁹.

Concluída a etapa de classificação e posterior quantificação dos dados, passamos à etapa mais importante deste trabalho: a análise qualitativo-interpretativa detalhada de cada dado com o objetivo de reconstruir a trajetória diacrônica da construção idiomática com VÊ/VEJA SE S. Nesse momento, buscamos – à luz da GCBU e, mais especificamente, do modelo teórico de mudança adotado – responder se o surgimento da construção em pauta pode ser explicado por meio de processos cognitivos referidos por Traugott e Trousdale (2013) como neoanálise e analogização. Essa pergunta será contemplada na próxima seção.

⁹ Quanto a isso, reconhecemos que, uma vez que estamos investigando estruturas complexas, o controle do tamanho da amostra poderia ser feito por número de orações, e não por número de palavras. No entanto, foi preciso contar com o que o banco de dados nos viabilizava. Em se tratando de um *corpus* com dimensões descomunais como o *Corpus* do Português, que não disponibiliza abertamente os textos compilados e em que o tamanho da amostra e das seções é dado em número de palavras, contar o número de orações não seria tecnicamente possível. Sendo assim, nosso esforço caminhou na direção de fazer o melhor trabalho possível com o que tínhamos à disposição. De todo modo, acreditamos que o ajuste por número de palavras contribui, em alguma medida, para ao menos minimizar as disparidades inerentes à composição do *corpus*.

3. Análise e discussão

A análise diacrônica dos dados coletados sugere que a construção idiomática com VÊ/VEJA SE S é recente no PB, tendo surgido apenas no século XIX. Na tabela a seguir, são apresentados os dados numéricos relativos às ocorrências dessa construção ao longo dos séculos.

Tabela 3: Número absoluto de ocorrências da Construção de Cobrança ao longo dos séculos

Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
0	0	0	0	0	0	34	20	143

Fonte: Elaboração dos autores.

Como se pode observar, não há ocorrências da Construção de Cobrança entre os dados que compreendem os séculos XIII a XVIII no *corpus* analisado, o que sugere que seu surgimento teria se dado em momento posterior. Já no século XIX, foram encontradas 34 ocorrências e, no XX, 20 ocorrências. Por fim, o século XXI parece testemunhar um elevado crescimento do número de ocorrências da construção.

Embora se observe um aumento significativo no número absoluto de ocorrências da construção no último século, não é possível afirmar, apenas com esses números, que a construção, uma vez estabelecida na rede, teria se tornado progressivamente mais frequente. Dado que há uma disparidade entre o total de palavras em cada século (como vimos na seção 2, "Metodologia"), as ocorrências precisaram ser ajustadas proporcionalmente. Para isso, fizemos um ajuste do número de ocorrências por milhão de palavras e chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 4: Número de ocorrências da Construção de Cobrança por milhão de palavras ao longo dos séculos

Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
3,39/milhão	0,96/milhão	0,1/milhão

Fonte: Elaboração própria.

Esses dados chamam a atenção porque parecem contrariar uma das previsões do modelo de mudança linguística descrito em Traugott e Trousdale (2013). Como se viu na seção 1 ("Pressupostos Teóricos"), os autores hipotetizam que, uma vez estabelecidas na rede construcional, as construções gramaticais tenderiam a experimentar um aumento gradual da sua frequência *token*. No que diz respeito à construção idiomática com VÊ/VEJA SE S, contudo, o que se observa é que, uma vez que o número de ocorrências é ajustado em função do tamanho da amostra em cada século, fica evidente uma tendência de regressão, e não de progressão, na frequência de uso da construção.

Essa observação, no entanto, deve ser interpretada com alguma reserva. Fundamentalmente, é preciso considerar que ela pode ser reflexo de um desequilíbrio em relação à representatividade dos

diferentes gêneros textuais em cada um dos séculos abarcados pelo *corpus*. Acreditamos ser possível que certos gêneros favoreçam o aparecimento da construção em foco, de modo que, se algum desses gêneros estiver super-representado em determinado(s) século(s) em oposição a outro(s), a construção estará também, naturalmente, super-representada no(s) século(s) em questão. Aqui, propomos que, dada a função da construção focalizada, é plausível assumir que quanto maior a quantidade de sequências dialógicas em um dado conjunto de textos, maior a probabilidade de seu aparecimento, uma vez que, por meio dela, o falante dirige uma cobrança a seu interlocutor.

Tendo isso em vista, é interessante notar que, no século XIX, há uma predominância do gênero ficção (aproximadamente 97%, ou 9 688 213 de 10 008 622 palavras), em oposição aos gêneros carta e poesia, que juntos representam apenas 3% da amostra desse século. Dada a composição da amostra desse século, percebemos que a categoria ficção é a que provavelmente exibe uma maior quantidade de sequências dialógicas, já que as narrativas ficcionais tendem a representar interações síncronas entre os personagens. Teoricamente, esse fato favoreceria a ocorrência da construção em pauta, já que, como vimos, seu emprego pressupõe um contexto dialógico. No século XX, por outro lado, as categorias ficção e oral, as quais podemos considerar como favorecedoras do uso das construções, correspondem a apenas 40% do total de dados (8 255 555 de 20 777 725 palavras), em oposição aos gêneros acadêmicos e notícias, que totalizam 60% da amostra. Em razão da própria composição do *corpus*, podemos chegar à conclusão de que o aparecimento da construção é inerentemente desfavorecido no século XX em comparação com o XIX. Quanto ao século XXI, o *corpus* é composto exclusivamente por notícias e artigos de jornais e revistas *on-line*, gêneros que não parecem favorecer a ocorrência da construção. Assim, a composição da amostra desse século também parece desfavorecer seu aparecimento em relação aos séculos anteriores.

Esses fatos explicariam, em tese, o decréscimo progressivo do número de ocorrências por milhão de palavras ao longo dos séculos. Dos três séculos em que a construção aparece, o que mais favorece inerentemente sua ocorrência é o XIX, seguido do XX e, finalmente, do XXI. Diante dessas considerações, não parece razoável afirmar categoricamente que as construções não teriam tido um aumento gradual de frequência de uso na língua. Com efeito, a falta de equilíbrio na composição do *corpus* não permite uma conclusão categórica a esse respeito.

Como vimos, o surgimento da construção idiomática com VÊ/VEJA SE S parece ter se dado apenas no século XIX. É nele que encontramos os primeiros dados da sequência atribuída a um uso não composicional, como nos dados a seguir:

- (5) Tua mãe continua cada vez mais incomodada; principio a ter sérios receios; os seus padecimentos agravam-se de um modo bem desconsolador. Vê se te aprontas o mais depressa possível e dá um pulo até cá: temos ansiedade de teus abraços.

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

(6) E o comendador fez um ar de acanhamento.

- Deixe correr o marfim por minha conta! – respondeu o Melo com um movimento persuasivo. – A questão é o... – E fez com os dedos sinal de dinheiro.
- Pois bem! tome lá os cinqüenta... Mas veja se economiza, homem! Eu também não tenho em casa nenhuma máquina de dinheiro...

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Nestes usos, não parece razoável interpretar a sequência destacada composicionalmente como em (3) e (4), isto é, assumindo-se que o verbo “ver” no imperativo e o complementizador “se” expressem um comando para que se veja – ou, mais genericamente, se constate perceptualmente, ou mesmo mentalmente – alguma situação. Afinal, não faz sentido a interpretação de que, em (5), o locutor esteja pedindo a seu interlocutor que veja ou verifique se ele mesmo (o interlocutor) se apronta “o mais depressa possível”, assim como, em (6), não faz sentido assumir que o locutor esteja fazendo um pedido para que seu interlocutor verifique se ele próprio (mais uma vez, o interlocutor) irá economizar.¹⁰ Trata-se, aqui, de um significado idiomático: nos dois exemplos, a sequência VÊ/VEJA SE S é usada, tal como em (1) e (2), para direcionar uma cobrança ao interlocutor para que este realize a ação expressa em S (em (5), aprontar-se o mais depressa possível e dar um pulo até o local em que o locutor se encontra; e, em (6), economizar).

Notemos que essa nova leitura só é possível em dados em que o verbo da sentença S esteja conjugado no presente do indicativo. No dado em (7), a seguir, o verbo está flexionado no pretérito perfeito do indicativo. Como consequência, torna-se impossível atribuir à sequência VÊ/VEJA SE S uma interpretação não composicional. Vejamos:

(7) Justina apressou-se a cumprir a ordem da senhora, mas o maldito cheiro continuava. E o mais estranho é que era aquele mesmo perfume agudo da ilha do Segredo; aquele perfume ativo que lhe penetrava no fundo do cérebro como agulhas de gelo.

- Veja se deixaram por aí algumas flores. Sinto cheiro de magnólia!

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Como se pode observar, em (7), não é possível atribuir à sequência a mesma leitura idiomática presente em (5) e (6). Isso significa que a interpretação idiomática parece estar inerentemente atrelada a certas restrições formais – no mínimo, tempo verbal no presente no indicativo, de modo que o uso em (7) se caracteriza, tal qual (3) e (4), como instância de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional. O que essas observações sugerem, evidentemente, é que o significado idiomático que emerge no século XIX parece resultar do surgimento de uma nova construção gramatical – e não simplesmente da expansão semântica de uma construção pré-existente.

¹⁰ Quanto a isso, vale apontar que não há uma impossibilidade *gramatical* de interpretar esses usos composicionalmente. Mas, para isso, teríamos que estar diante de *contextos altamente específicos*: em (6), por exemplo, para que a interpretação composicional fosse coerente, poderíamos imaginar um contexto em que o locutor sugerisse a seu interlocutor (uma pessoa consumista) que observasse o próprio comportamento em relação a suas finanças pessoais e verificasse, então, se ele próprio economizava. Naturalmente, o contexto real de (6) é muito diferente desse.

Em outras palavras, agora nos termos de Traugott e Trousdale (2013), argumentamos aqui que usos como (5) e (6) atestam a ocorrência de um processo de construcionalização, e não simplesmente de uma mudança construcional. Essa nova construção corresponde precisamente ao padrão a que nos referimos como Construção de Cobrança. Buscaremos, nesse momento, dar conta de identificar os processos e condições que permitiram o surgimento do novo padrão.¹¹

Como detalhado na seção dedicada aos pressupostos teóricos, estamos seguindo aqui o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013) para a abordagem da mudança linguística. Vale lembrar que os autores apontam dois mecanismos cognitivos responsáveis pelo processo de construcionalização: a neoanálise e a analogização. Aqui, argumentaremos que, no caso da emergência da Construção de Cobrança, o mecanismo em jogo é a neoanálise, processo por meio do qual um tipo de sequência concreta já existente na língua é atribuído a um novo esquema construcional. Em nossa análise, identificamos a presença de dados que podem explicar esse processo. Vejamos:

(8)

- É verdade que a época não é das melhores para isso: os bons lugares estão todos preenchidos, mas...
- Não! qualquer coisa me serve... declarou André. Tu bem me conheces; desde que não haja necessidade de concurso...
- Que diabo! Se eu pensasse nisto há mais tempo, já podias até estar com o teu emprego.
- Olha! Vê se me arranjas alguma coisa na Biblioteca. Isso é que seria magnífico!
- Homem! E é bem lembrado. Havemos de ver.

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

No dado acima, temos, em certa medida, um uso composicional da sequência VÊ/VEJA SE S, em que o falante solicita ao interlocutor que verifique a validade de uma proposição. Nesse sentido, ele se assemelha a instâncias da construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional. Especificamente, neste caso, pede-se que o interlocutor verifique se consegue arranjar ao locutor alguma coisa (emprego) na biblioteca. Ao mesmo tempo, contudo, a sentença parece desempenhar uma função comunicativa que não se verifica em usos composicionais como (3), (4) e (7): trata-se de dar um comando polido para que o interlocutor *realize* a ação expressa por algum item verbal da oração encaixada. Nesse sentido, o que estamos propondo aqui é que enunciados como “Vê se me arranjas alguma coisa na Biblioteca” realizam dois atos diretivos: explicitamente, eles instruem o interlocutor a realizar uma *verificação* (quanto à capacidade de arranjar alguma coisa); ao mesmo tempo, implicitamente, eles instruem o interlocutor a efectivamente *agir* no sentido de arranjar alguma coisa.

¹¹ Para uma descrição sistemática e fundamentada das características formais e funcionais da construção, ver Alves (2021). Neste artigo, focalizamos não a descrição da construção, mas os processos de mudança e condições que teriam propiciado sua emergência na rede construcional do PB.

Essa função adicional e implícita pode ser interpretada como uma inferência sugerida, nos termos de Traugott e Dasher (2002). Essa inferência se baseia no seguinte raciocínio: a única maneira concebível de uma pessoa verificar se é capaz de realizar uma determinada ação é *efetivamente tentando realizá-la* (caso ela consiga, verificará que é capaz, isto é, que a proposição é verdadeira; caso não consiga, verificará que a proposição é falsa). Diante disso, dar um comando para que alguém verifique sua própria capacidade de realizar uma ação equivale, na prática, a dar um comando implícito para que essa pessoa tente realizar essa ação.

A opção por dirigir esse comando ao interlocutor de forma implícita parece se configurar como estratégia de polidez: ao solicitar (ao menos explicitamente) que o interlocutor *avaliar se* é capaz de realizar uma dada ação, o falante parece sinalizar, linguisticamente, que aceita a possibilidade de que a ação denotada não chegue a ser realizada – o que equivale a sugerir que o interlocutor tem autonomia para agir conforme a sua vontade. Nesse sentido, trata-se de uma estratégia que minimiza a ameaça à face negativa inerentemente representada por qualquer tipo de ato diretivo por meio da realização de um ato de fala diretivo indireto¹².

Argumentamos aqui que, em contextos nos quais esse significado inferencial (a saber, o de comando para a realização da ação) é altamente saliente, há um favorecimento da interpretação do pedido como cobrança. Especificamente, defendemos que isso acontece em situações nas quais está presente algum tipo de obrigação pré-estabelecida do ouvinte para com o falante (o que inclui, por exemplo, situações de relações sociais assimétricas do tipo patrão-empregado, mas não se restringe a esses casos). Tais contextos são relevantes porque, em interações baseadas em relações desse tipo, faz sentido supor que a inferência sugerida (comando para a realização de uma ação) pareça mais proeminente que o significado explícito (pedido de verificação da capacidade de realizar uma ação). Esse ponto pode ser ilustrado pelos dados em (9) e (10) abaixo:

(9) O patrão ontem chamou-me em particular, e disse-me com os olhos cheios de água:

- Alfredo, estou com medo de perder minha filha mais querida! O médico declarou já que ela só o que tem é muita debilidade e melancolia, mas que pode vir a ser, de um momento para outro, atacada do peito. Ora, eu bem sei que a Eugêniazinha está desgostosa com a ausência do Gabriel.. Tu me falaste várias vezes nesse rapaz e sempre lhe encareceste as qualidades... Pois então vai por aí; indaga a respeito dele, e vê se trazes alguma boa notícia para minha filha.

(*Corpus do Português*, séc. XIX, grifo nosso)

¹² Segundo Sousa (2007), o uso polido correspondente ao do *veja se* no português contemporâneo já ocorria, no português arcaico, com o verbo “catar” (*catade se*), cuja ocorrência é registrada em dicionários etimológicos por ela apontados com sentidos como “buscar”, “procurar” e “esforçar por tomar, agarrar, captar, conseguir”, semântica compatível com o uso não literal do verbo “ver”, aqui tratado como “avaliar”. Neste trabalho, acrescentamos que esse uso polido do verbo “ver” favorece a emergência da construção idiomática à qual estamos nos referindo como Construção de Cobrança, como veremos adiante. Agradecemos ao parecerista anônimo pela sugestão de bibliografia a esse respeito.

(10) Bem... eu faço o negócio com o senhor... não sei se é coisa limpa... mas desde que à menina não resulte mal...

– Deixa de partes, meu velho... vamos concluindo a coisa... Aqui tem o cobre... O vento continuava a penetrar na sala, e as flâmulas de papel riam com risadinhas de Mefistófeles.

Januário estendeu a mão magra, comprida, branca, trêmula, e recebeu um embrulho de papel que Pavia apresentou-lhe. Não disse palavra. Misturou apenas aos sulcos que os anos lhe haviam aberto na face as contrações de um sorriso baixo.

– Veja se amanhã mesmo faz a Conceição aparecer por lá...

– Já estava convencido com ela... Há de ir...

(*Corpus* do Português, séc. XIX, grifo nosso)

Como se observa, o dado em (9) é compatível com uma leitura composicional, segundo a qual o patrão estaria pedindo ao empregado que verificasse a possibilidade de trazer “alguma boa notícia” para a sua filha. No entanto, dada a natureza da relação patrão-empregado, faz sentido assumir que, nesse caso, mesmo em uma leitura composicional, a inferência sugerida se torne mais saliente do que o significado explícito. Em outras palavras, nesse contexto, o enunciado tenderia a ser lido mais como um comando para que a ação efetivamente seja realizada do que como um pedido polido para que o empregado verificasse se existe a possibilidade de atender ao desejo do patrão.

Já em (10) temos um diálogo no qual dois personagens – Januário e Pavia – selam um acordo comercial que envolve Conceição, sobrinha do primeiro. Aqui, diferentemente do que se vê em (9), não existe uma relação hierárquica permanente entre os interlocutores. No entanto, a sequência VEJA SE S é empregada logo após Pavia, que está contratando o serviço, pagar a Januário. Nesse momento, cria-se, naturalmente, uma obrigação deste para com aquele. Nesse contexto, verifica-se algo bastante semelhante ao que vimos em (9): embora a leitura composicional seja possível, o fato de o falante ter acabado de pagar para que o ouvinte realize a ação denotada por S (fazer a Conceição “aparecer por lá”) atribui proeminência ao significado associado à inferência sugerida, em detrimento do significado explícito. Isto é, dado esse contexto, faz sentido que o enunciado seja lido mais como um comando para a *realização da ação* do que como um pedido para que o outro *verifique a possibilidade de atender ao combinado*.

Assim, argumentamos que a neoanálise de construtos de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional e, portanto, o surgimento da Construção de Cobrança, teriam sido favorecidos em situações como as de (9) e (10), em que havia algum tipo de incumbência pré-estabelecida entre os interlocutores, seja pela natureza da relação entre eles (como no caso de (9), em que o diálogo se dá entre um patrão e seu empregado), seja por um outro fator contextual (como no caso de (10), em que há a prestação de um serviço).

Essa neoanálise afeta, naturalmente, a sequência VÊ/VEJA SE. Formalmente, ela deixa de ser vista como um verbo seguido por um complementizador e passa a ser interpretada como uma única

unidade estrutural (isto é, um *chunk*, aqui representado pela presença de colchetes: [VÊ/VEJA SE]¹³). Semanticamente, ela deixa de ser interpretada como uma sequência que designa uma instrução para que se avalie a validade de uma proposição e passa a ser interpretada como uma instrução para que ele realize a ação expressa pelo predicador da sentença que se segue.

Simultaneamente, a sequência originalmente analisada como objeto direto do verbo da oração matriz – e, portanto, como uma sentença que designava o objeto do ato de verificação passa a ser interpretada como uma sentença que designa a própria ação a ser executada. Isto é, se o enunciado como um todo segue realizando um ato diretivo, agora é o predicador que originalmente pertencia à oração encaixada que designa a ação a ser executada pelo interlocutor (e não mais o verbo “ver”).

Em resumo, a ideia é a seguinte: quando proferida em contextos apropriados (especificamente, contextos nos quais, pragmaticamente, a relação entre os interlocutores está baseada na existência de obrigações pré-estabelecidas do ouvinte para com o falante), instâncias de uma construção de imperativo com o verbo VER e complemento oracional dão margem a um processo de neoanálise, por meio do qual: (i) a sequência formada pelo verbo da oração matriz e o complementizador “se” é reinterpretada como um *chunk* e (ii) a sequência que designava o objeto da verificação é reinterpretada como uma oração independente. Como resultado dessas neoanálises, emerge uma nova construção gramatical, que desempenha a função de realizar um ato diretivo de instrução para realização de uma ação – de maneira tal que aquilo que era uma inferência propiciada por certos usos da construção-fonte se torna semanticizado como o próprio valor semântico convencionalmente associado à construção nova.

Considerações finais

Inserindo-se no campo dos estudos construcionistas sobre idiomatismos sintáticos, este trabalho buscou responder quando e como o padrão a que nos referimos informalmente como Construção de Cobrança surgiu no português brasileiro. Uma análise de dados coletados no *Corpus* do Português revelou que a construção idiomática surgiu na língua no século XIX a partir de um mecanismo de neoanálise, por meio do qual enunciados que se caracterizavam como instâncias de uma construção de imperativo com complemento oracional passaram a ser associados a um novo esquema construcional. Com isso, buscou-se contribuir teoricamente tanto para o campo de estudos em idiomatismos sintáticos do PB sob perspectiva diacrônica quanto para o desenvolvimento do modelo construcionista de mudança linguística proposto por Traugott e Trousdale (2013).

¹³ Embora este ponto não esteja detalhado aqui, deparamo-nos com a não ocorrência de elementos intervenientes entre os elementos VÊ/VEJA e SE. Quanto a isso, Bybee (2010) aponta que o licenciamento de elementos intervenientes é um dos diagnósticos para o grau de analisabilidade, já que, se o falante não conecta os componentes de um todo à sua “contraparte”, ele não reconhece esses componentes como manifestações de uma categoria mais abstrata e, como consequência, não concebe o todo como sendo formado por partes menores – e sim como um bloco indivisível. Em termos concretos, se o falante não conecta o “vê” ou “veja” da construção idiomática às formas verbais de imperativo “vê” e “veja”, ou não conecta o “se” da mesma construção ao complementizador dubitativo presente em cláusulas completivas, ele passa a conceber a sequência como um todo maciço. Como consequência, ele tenderá a manter contíguos os elementos “vê” ou “veja” e “se”, evitando, assim, o emprego de elementos intervenientes. Para uma análise mais detalhada, ver Alves (2021).

Este estudo, porém, é apenas uma porta de entrada e deixa muitos caminhos a serem explorados. Um dos possíveis desdobramentos da pesquisa, dada a natureza inegavelmente intersubjetiva da construção em foco, é a análise de sua trajetória diacrônica à luz do tema da (inter)subjetividade (LANGACKER, 1991; TRAUGOTT; DASHER, 2002; VERHAGEN, 2005; TANTUCCI, 2020; 2021), entendida como uma dimensão da linguagem humana em que o significado reside no gerenciamento mútuo de ações conjuntas. Mais especificamente, um possível desdobramento desta investigação é uma avaliação empírica de duas propostas complementares presentes na literatura sobre mudança linguística: a proposta de Traugott e Dasher (2002), para quem a mudança ocorre no sentido do significado mais objetivo para o significado mais (inter)subjetivo; e a de Tantucci (2020; 2021), segundo a qual a mudança acontece no sentido da intersubjetividade imediata (baseada na relação entre o falante e interlocutores específicos presentes na situação comunicativa) para a intersubjetividade estendida (baseada na relação entre o falante e sujeitos de consciência difusos, não necessariamente presentes na situação comunicativa).

Referências

- ALVES, D. O. *Vê se pode isso ser tema de pesquisa?!: A trajetória diacrônica das construções idiomáticas com [VÊ/VEJA SE] S no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals of language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: United Kingdom University Press, 2010.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *In: Constructions, Special Volume 1*, 2006, pp. 1-28.
- FILLMORE, C. Syntactic Intrusions and The Notion of Grammatical Construction. *Proceedings of the 11th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 1985, pp. 73-86.
- FILLMORE, C.; KAY, P.; O'CONNOR, C. Regularity and Idiomaticity in Grammatical Constructions: The Case of Let Alone. *Language*, n. 64, 1988, pp. 501-38.
- GEIS, W.; ZWICKY, A. On Invited Inferences. *Linguistics Inquiry*, v. 2, n. 4, 1971.
- GORDON, D.; LAKOFF, G. Conversational postulates. *In: Papers from the seventh regional meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: 1971, pp. 63-84.
- HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: Oppositive or orthogonal? *In: BISANG, W. et al. (orgs.). What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, pp. 21-42.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University Chicago Press, 1987.

“Vê se lê este artigo”: o surgimento de uma construção idiomática com vê/veja se s no português brasileiro

LANGACKER, R. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, Descriptive Application, California: Stanford University Press, 1991.

SAUSSURE, F. de. *Cours de Linguistique Générale*. Lausanne et Paris, Payot, 1916.

SOUSA, G. C. *Gramaticalização das construções com orações completivas: o caso do complemento oracional introduzido por se*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

TANTUCCI, V. From co-actionality to extended intersubjectivity: Drawing on language change and ontogenetic development. *Applied Linguistics*, 41(2), pp. 185-214, 2020.

TANTUCCI, V. *Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

VERHAGEN, A. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.